



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
GABINETE SUBPROCURADOR-GERAL DO TRABALHO



FÓRUM NACIONAL DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS

OFÍCIO CIRCULAR MPT/PS Nº 06/2024

Brasília, 03 de outubro de 2024

Ao Excelentíssimo,
Deputado Mauro De Nadal
Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC

Senhor Presidente,

Com os cumprimentos de estilo, na qualidade de Membro do Ministério Público do Trabalho e Coordenador Geral do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, em cumprimento à decisão da Plenária da Terceira Reunião da Coordenação Ampliada do Fórum Nacional, realizada em 27 de agosto de 2024, no auditório Gebes de Mello Medeiros, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, informo que aquela plenária sugeriu que as Assembleias Legislativas, (Estados E Distrito Federal), busquem implementar regulamentação específica para a pulverização terrestre de agrotóxicos, tomando como referência a Nota Pública do GT Agroecologia do MPF, sobre a Regulamentação da Pulverização Terrestre, que segue anexa.

Registrando que o fim último que se busca é proteger a saúde das pessoas e o meio ambiente, ante os efeitos nocivos dos agrotóxicos, colho a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PEDRO LUIZ G. SERAFIM DA SILVA
Subprocurador-Geral do Trabalho
Coordenador-Geral do Fórum Nacional